

## Controlos nas fronteiras

Os Estados-Membros da UE vão passar a realizar **controlos sistemáticos de todas as pessoas**, incluindo cidadãos europeus, que **atravessem as fronteiras externas**, de acordo com uma alteração ao Código das Fronteiras Schengen aprovada pelo Parlamento Europeu.

ver pág. 7

## Futuro da UE

Os eurodeputados aprovaram três relatórios com a sua posição sobre o **futuro da União Europeia**, nos quais propõem **melhorias no funcionamento da UE** com base nos instrumentos atualmente previstos no Tratado de Lisboa.

ver pág. 10

## Regras para robots

A União Europeia deve adotar **regras em matéria de robótica e de inteligência artificial** que tenham em conta questões como a responsabilidade civil, os princípios éticos relacionados com as suas inúmeras implicações sociais, o impacto sobre o emprego e a proteção da segurança e da privacidade.

ver pág. 13

em destaque:

## Aprovado o acordo CETA

Os eurodeputados **aprovaram com 408 votos a favor**, 254 contra e 33 abstenções o **Acordo Económico e Comercial Global entre a UE e o Canadá (CETA)**, que regula o comércio de mercadorias e de serviços, o acesso aos contratos públicos, a proteção das indicações geográficas e o processo de resolução de litígios relativos a investimentos.

A aprovação da assembleia europeia permite que o CETA seja aplicado a título provisório a partir do próximo mês de abril. **O acordo precisa ainda de ser ratificado pelos parlamentos nacionais e regionais de todos os Estados-Membros** para entrar plenamente em vigor.

**O CETA eliminará praticamente todos os direitos aduaneiros.** Haverá, no entanto, algumas restrições ao livre acesso ao mercado, nomeadamente para certos produtos agrícolas, para os serviços públicos, serviços audiovisuais e serviços de transporte. Vários produtos agrícolas considerados sensíveis estarão sujeitos a quotas (nomeadamente, os produtos lácteos) ou serão totalmente excluídos (aves e ovos).

**Carlos Coelho** afirmou: *“Não obstante ciente da polémica que o Acordo gera e de alguns dos seus elementos que não atingem o óptimo desejado, não poderei deixar de apoiar este Acordo que na sua globalidade é muito positivo não só pela eliminação dos direitos aduaneiros mas também pelo reconhecimento mútuo de certificação para uma ampla gama de produtos”*

ver pág. 3

## Índice

<b>CETA: Parlamento Europeu aprova acordo de comércio livre entre a UE e o Canadá.....</b>	<b>3</b>
<b>Eurodeputados aprovam nova diretiva antiterrorismo.....</b>	<b>5</b>
<b>Schengen: Parlamento Europeu aprova controlos sistemáticos nas fronteiras externas.....</b>	<b>7</b>
<b>Crise da dívida grega: é o momento de agir, dizem eurodeputados.....</b>	<b>8</b>
<b>Parlamento Europeu apresenta a sua visão sobre o futuro da União Europeia.....</b>	<b>10</b>
<b>Eurodeputados querem regras europeias sobre robôs e inteligência artificial.....</b>	<b>13</b>
<b>Declaração do presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, sobre o futuro da União Europeia.....</b>	<b>15</b>
<b>Ordem da sessão.....</b>	<b>16</b>

### *Siglas dos Grupos Políticos:*

**PPE**- Partido Popular Europeu  
**S&D**- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas  
**ALDE**- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa  
**Verdes/ALE**- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia  
**CRE**- Conservadores e Reformistas Europeus  
**CEUE/EVN**- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica  
**ELDD**- Europa da Liberdade e da Democracia Directa  
**ENF**- Europa das Nações e da Liberdade

*Responsável: Fernando Vaz das Neves*

*Fontes:*

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site [www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)*

# CETA: Parlamento Europeu aprova acordo de comércio livre entre a UE e o Canadá

Os eurodeputados aprovaram com 408 votos a favor, 254 contra e 33 abstenções o Acordo Económico e Comercial Global entre a UE e o Canadá (CETA), que regula o comércio de mercadorias e de serviços, o acesso aos contratos públicos, a proteção das indicações geográficas e o processo de resolução de litígios relativos a investimentos.

A aprovação da assembleia europeia permite que o CETA seja aplicado a título provisório a partir do próximo mês de abril. O acordo precisa ainda de ser ratificado pelos parlamentos nacionais e regionais de todos os Estados-Membros para entrar plenamente em vigor.

O CETA eliminará praticamente todos os direitos aduaneiros. Haverá, no entanto, algumas restrições ao livre acesso ao mercado, nomeadamente para certos produtos agrícolas, para os serviços públicos, serviços audiovisuais e serviços de transporte. Vários produtos agrícolas considerados sensíveis estarão sujeitos a quotas (nomeadamente, os produtos lácteos) ou serão totalmente excluídos (aves e ovos).

O acordo prevê também o reconhecimento mútuo dos chamados “*certificados de avaliação da conformidade*” numa vasta gama de produtos, desde os artigos elétricos até aos brinquedos. Estas medidas deverão contribuir para reduzir os custos para os produtores que exportam para o Canadá.

Os fornecedores europeus de serviços, em áreas como as telecomunicações, os serviços de transporte marítimo, a engenharia, os serviços no domínio do ambiente e da contabilidade, terão novas oportunidades de acesso ao mercado canadiano.

*“Com este acordo, a UE aceita pela primeira vez abrir o acesso ao mercado no setor dos serviços com base numa lista negativa, o que significa que todos os mercados dos serviços são liberalizados, à exceção dos que são explicitamente excluídos. Entre os setores excluídos refiram-se os seguintes: cuidados de saúde, educação e outros serviços sociais, bem como a distribuição de água, os serviços audiovisuais e alguns serviços aéreos”,* explica o relator do Parlamento Europeu sobre o CETA, o eurodeputado letão do PPE Artis Pabriks.

Em relação aos concursos públicos, O CETA permitirá às empresas europeias candidatar-se a concursos para o fornecimento de mercadorias e serviços não só a nível federal mas também a nível das províncias e dos municípios do Canadá.

Um interesse ofensivo importante para a UE no âmbito das negociações comerciais com o Canadá foi a proteção das indicações geográficas (IG). O país aceitou oferecer um nível de proteção equivalente ao existente na UE a 145 IG europeias de produtos alimentares e bebidas (uma lista destas IG é incluída no anexo I do acordo e pode ser completada mais tarde com outras IG).

## Resolução de litígios em matéria de investimentos

Na sequência de um intenso debate público e da posição que o Parlamento Europeu formulou contra a resolução de litígios entre os investidores e o Estado (ISDS), a Comissão apresentou, em setembro de 2015, uma nova abordagem para a proteção dos investimentos.

Um novo modelo de resolução de litígios em matéria de investimento (sistema de tribunais de investimento, STI) de caráter permanente, com juizes nomeados pelas autoridades europeias e canadianas e um mecanismo de recurso, substituirá o antigo sistema de arbitragem.

*“O acordo introduz esse novo sistema judicial em matéria de investimento [Investment Court System] e regras mais firmes no que diz respeito à proteção dos investimentos. Garante aos*

*governos da UE o direito de regulamentar no interesse dos seus cidadãos, continuando, ao mesmo tempo, a incentivar os investidores estrangeiros através da proteção dos seus investimentos. O novo sistema torna também o processo de resolução de diferendos relativos a investimentos mais justo e mais transparente”, afirma o relator do Parlamento Europeu, Artis Pabriks.*

As negociações entre a UE e o Canadá sobre o CETA foram lançadas em 2009 e concluídas em 2014. O acordo foi assinado pelas partes no dia 30 de outubro de 2016, em Bruxelas.

Entre os principais parceiros comerciais da UE, o Canadá ocupa o 12.º lugar. A UE é o segundo maior parceiro comercial do país, depois dos EUA. Em 2015, a UE importou bens do Canadá no valor de 28,3 mil milhões de euros e exportou no valor de 35,2 mil milhões de euros, um montante que se prevê que aumente mais de 20 % após a entrada em vigor deste acordo.

O CETA é o primeiro acordo económico da UE após o Tratado de Lisboa a incluir um capítulo inteiramente dedicado aos investimentos.

### **Aplicação provisória**

A aplicação provisória do acordo terá início no primeiro dia do mês seguinte ao da data em que as partes notificarem a outra da conclusão dos respetivos procedimentos internos. Os eurodeputados preveem que isto possa acontecer em abril.

Visto tratar-se de um acordo misto, o CETA precisa ainda de ser ratificado pelos parlamentos de todos os Estados-Membros para entrar plenamente em vigor.

### **Aprovação do Acordo de Parceria Estratégica entre a UE e o Canadá**

Para além do CETA, os eurodeputados deram luz verde a um Acordo de Parceria Estratégica (APE) entre a UE e o Canadá, que visa intensificar a cooperação bilateral em domínios como a política externa e de segurança, o combate ao terrorismo, a luta contra a criminalidade organizada, o desenvolvimento sustentável, a investigação e a cultura.

O APE foi aprovado com 506 votos a favor, 142 contra e 43 abstenções.

### **Intervenção de Eurodeputados Portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE)** *“O Canadá é um importante parceiro da União Europeia não apenas ao nível estratégico com quem partilha uma história baseada em valores e interesses comuns mas também ao nível comercial e de investimento. O CETA é, de longe, o acordo mais abrangente de sempre celebrado pela UE neste domínio e irá trazer benefícios tangíveis para os consumidores europeus e as empresas graças à supressão de 99% dos direitos aduaneiros, na maior parte dos casos assim que entrar em vigor (400 milhões de Euros) beneficiando as empresas europeias de novas vantagens no que se refere à aprovação de projetos de investimento no Canadá. Não obstante ciente da polémica que o Acordo gera e de alguns dos seus elementos que não atingem o óptimo desejado, não poderei deixar de apoiar este Acordo que na sua globalidade é muito positivo não só pela eliminação dos direitos aduaneiros mas também pelo reconhecimento mútuo de certificação para uma ampla gama de produtos, reconhecimento de algumas profissões, simplificação de procedimentos, abertura dos contratos públicos canadianos a empresas europeias, protecções ambientais e de alguns produtos europeus, em especial os agrícolas como o queijo da Serra da Estrela, as Linguças de Vinhais ou a Pêra Rocha do Oeste”.*

**Fernando Ruas (PPE)** *“Senhor Presidente, Senhora Comissária, este acordo, iniciado em 2009 e concluído em 2014, é, em nossa opinião, bastante completo, moderno, transparente, também voltado para o futuro. Acreditamos que, doravante, vai trazer benefícios para as empresas, para os trabalhadores e para os consumidores. É que, para lá da eliminação de 98 % dos direitos aduaneiros, este acordo prevê também a salvaguarda dos serviços públicos, audiovisuais, dos transportes e dos produtos agrícolas mais sensíveis.*

*Com este acordo, haverá a garantia de proteção de 143 indicações geográficas europeias, 20 das quais são portuguesas. Importante também, na nossa opinião, é o reconhecimento mútuo de certificação para muitos produtos, bem como o reconhecimento de um conjunto alargado de profissões, desde engenheiros a arquitetos ou advogados, a manutenção de elevados padrões em matéria ambiental, de segurança alimentar, saúde e direitos dos consumidores, sempre com respeito pelo cumprimento das regras e dos regulamentos europeus é também um aspeto gostamos de marcar.*

*Estou certo que a União Europeia irá beneficiar com este acordo e o meu país não será exceção, pois Portugal tem atualmente mais de mil empresas a exportar para o Canadá, sendo 89 % pequenas e médias empresas que asseguram 12 mil postos de trabalho. É, pois, por isso, que vou votar a favor do CETA”.*

**Pedro Silva Pereira (S&D)** *“Senhora Presidente, Senhora Comissária, o acordo comercial com o Canadá é de importância estratégica para a União Europeia, sobretudo depois de Trump, e é a resposta necessária contra a perigosa ilusão do isolamento e do protecionismo. Este é também um bom acordo, um acordo equilibrado do ponto de vista económico, que elimina tarifas e permite o acesso ao mercado, e é uma nova referência para o comércio internacional, um acordo progressista para uma globalização mais regulada.*

*Hoje, podemos dizer que demos ouvidos aos cidadãos e que este acordo, por pressão deste Parlamento e da sociedade civil, respeita os valores ambientais, sociais da União Europeia, o nosso direito a regular no interesse público.*

*Foi por pressão deste Parlamento e do grupo socialista que o sistema privado de arbitragem foi substituído por um novo sistema de arbitragem pública e é porque este acordo foi melhorado que a sua versão final merece a confiança dos cidadãos e merece o voto favorável deste Parlamento Europeu”.*

## **Eurodeputados aprovam nova diretiva antiterrorismo**

**O Parlamento Europeu aprovou uma diretiva que reforça as medidas da UE para prevenir atentados terroristas, criminalizando os atos preparatórios como o treino e as deslocações ao estrangeiro para fins terroristas, a organização e facilitação dessas deslocações e o fornecimento ou a recolha de fundos. As novas regras reforçam também os direitos das vítimas do terrorismo e dos seus familiares. Os Estados-Membros terão 18 meses para transpor a diretiva para o direito nacional.**

A nova diretiva europeia, aprovada por 498 votos a favor, 114 contra e 29 abstenções, visa harmonizar a legislação penal, melhorar a troca de informação entre os Estados-Membros e prevenir ataques terroristas. As novas regras requerem que a legislação dos Estados-Membros criminalize atos como:

- as deslocações para fins de terrorismo, com vista a lutar, em especial, contra o fenómeno dos denominados “*combatentes estrangeiros*”, que muitas vezes são cidadãos da UE. Serão, por exemplo, puníveis as deslocações para zonas de conflito a fim de participar nas atividades de um grupo terrorista ou as deslocações para um Estado-Membro da UE a fim de cometer um atentado terrorista;
- a organização e facilitação dessas deslocações, nomeadamente através de apoio logístico e material, por exemplo a compra de bilhetes ou o planeamento de itinerários;
- a receção de treino para fins terroristas, por exemplo para o fabrico ou utilização de explosivos, armas de fogo, substâncias nocivas ou perigosas;
- o fornecimento ou a recolha de fundos, a fim de serem utilizados, ou sabendo-se que serão utilizados, para praticar infrações terroristas e infrações relacionadas com

grupos ou atividades terroristas;

- o incitamento público à prática de infrações terroristas, como a glorificação e justificação do terrorismo ou a difusão de mensagens ou imagens, na Internet e fora dela, como forma de reunir apoio para causas terroristas ou de intimidar gravemente a população.

A legislação prevê também medidas de proteção, apoio e assistência às vítimas do terrorismo. Os Estados-Membros terão de assegurar que estas disponham de serviços de apoio que atendam às suas necessidades específicas imediatamente após um atentado terrorista e durante o tempo necessário, incluindo tratamento médico e apoio e aconselhamento pós-traumáticos. As vítimas terão igualmente direito a receber aconselhamento jurídico ou prático, bem como assistência com pedidos de indemnização. Os familiares das vítimas terão também acesso a serviços de apoio e a medidas de proteção específicas.

A nova diretiva faz parte da Agenda Europeia para a Segurança, apresentada em abril de 2015 e que visa apoiar a cooperação entre os Estados-Membros na resposta às ameaças à segurança e incentivar os esforços comuns na luta contra o terrorismo, a criminalidade organizada e a cibercriminalidade.

#### **Intervenção de Eurodeputados Portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE)** *“O Combate ao terrorismo é, mais do que nunca, uma política central da União Europeia. Esta Diretiva vem atualizar o enquadramento jurídico existente, com mais de dez anos, adaptando-o aos novos desafios. Tocando numa área tão central do poder dos Estados - o direito penal -, o texto final é resultado de um difícil compromisso que não é insuscetível de crítica. No entanto, é justo considerar que a União estará globalmente melhor apetrechada. Por um lado, a Diretiva irá melhorar a cooperação. Através duma tipificação dos comportamentos criminalizados mais harmonizada, que irá permitir uma maior cooperação entre autoridades judiciais e policiais. Mas também obrigando a partilhar informação no âmbito do terrorismo. Por outro lado, a Diretiva inova no apoio às vítimas, acautelando muito melhor os seus direitos. Elemento tão mais importante, quanto está cada vez mais sedimentada a livre circulação e residência dos europeus. Voto, por isso, favoravelmente o acordo interinstitucional alcançado”.*

**Ana Gomes (S&D)** *“Esta diretiva, suscitada pelos ataques terroristas de novembro de 2015, em Paris, visa harmonizar a legislação penal, melhorar a troca de informação e impedir mais ataques terroristas. O Parlamento conseguiu melhorar várias disposições, alertando para o perigo de respostas a quente, desenquadradas de uma estratégia global de combate à radicalização.*

*A diretiva tem três principais problemas. Primeiro: ofensas criminais não adequadamente definidas, deixando a porta aberta a interpretações que podem restringir, desproporcionadamente, direitos fundamentais. O combate ao terrorismo em plataformas como a Internet tem de se fazer de forma inteligente e tecnicamente eficaz, o que é muito diferente de criminalizar o próprio uso da Internet. Grave é também a Comissão, que promete melhor legislação, ter mais uma vez dispensado a avaliação de impacto. Terceiro: a terminologia *foreign fighters* está errada. A esmagadora maioria dos terroristas que atacaram na Europa são europeus, desintegrados mas aqui nascidos e criados; não precisaram de viajar para o estrangeiro.*

*Fundamental para combater o terrorismo não está nesta nem em nenhuma diretiva. Exige que os governos, os nossos governos, abandonem políticas autoritárias neoliberais, que sonham fontes para equipar e treinar polícias e forças da lei, que criam guetos e segregação nas nossas cidades, que transformam as prisões em centros de radicalização em vez de reabilitação. E é preciso que esses mesmos governos parem a importação para mesquitas europeias de propagandistas do fundamentalismo wahabita.”*

# Schengen: Parlamento Europeu aprova controlos sistemáticos nas fronteiras externas

Os Estados-Membros da UE vão passar a realizar controlos sistemáticos de todas as pessoas, incluindo cidadãos europeus, que atravessem as fronteiras externas, de acordo com uma alteração ao Código das Fronteiras Schengen aprovada pelo Parlamento Europeu. As novas regras, já acordadas com os governos nacionais e que visam combater o fenómeno dos chamados “*combatentes estrangeiros*”, torna mais exaustiva a utilização do Sistema de Informação Schengen (SIS) e de outras bases de dados nacionais e da Interpol.

O regulamento que altera o Código das Fronteiras Schengen obriga os Estados-Membros a realizar controlos sistemáticos não apenas dos nacionais de países terceiros mas também dos cidadãos europeus que atravessem as fronteiras externas, quer à entrada quer à saída, tendo em conta a problemática dos chamados “*combatentes estrangeiros*”, que muitas vezes são cidadãos da UE.

Esta obrigação, que será aplicável nas fronteiras aéreas, marítimas e terrestres, visa assegurar que os viajantes não representam uma ameaça à ordem pública e à segurança interna. Os guardas de fronteira deverão consultar as bases de dados pertinentes, incluindo o SIS e a base de dados da Interpol relativa a documentos de viagem roubados e extraviados.

Caso a realização dos controlos sistemáticos por confronto com as bases de dados tenha um impacto desproporcionado sobre o fluxo de tráfego numa fronteira terrestre ou marítima, os Estados-Membros poderão efetuar apenas controlos seletivos, desde que uma avaliação do risco demonstre que esta prática não comporta riscos relacionados com a segurança interna, a ordem pública, as relações internacionais dos Estados-Membros ou com uma ameaça à saúde pública.

Quanto às fronteiras aéreas, os Estados-Membros só poderão recorrer a controlos seletivos durante um período de transição de seis meses, a contar da data de entrada em vigor do regulamento alterado. Este período poderá ser prolongado até um máximo de 18 meses em casos excecionais, quando num determinado aeroporto existam dificuldades a nível das infraestruturas que exijam um período maior de adaptação até que seja possível realizar as consultas sistemáticas das bases de dados sem haver um impacto desproporcionado no fluxo de tráfego.

Esta proposta legislativa foi apresentada pela Comissão Europeia em dezembro de 2015, no seguimento dos atentados terroristas em Paris.

O regulamento, aprovado por 469 votos a favor, 120 contra e 42 abstenções, entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE.

## **Intervenção de eurodeputados Portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE)** *“Senhora Presidente, Senhor Presidente do Conselho, Senhor Comissário King, Cara Colega Monica Macovei, a introdução de controlos mais estritos através da consulta sistemática das bases de dados existentes – europeias e nacionais – é um bom exemplo de como podemos dar mais segurança, no imediato, aos cidadãos europeus.*

*Para garantir que o Espaço Schengen permanece um espaço de liberdade, segurança e justiça, temos de atuar nas fronteiras externas e assegurar a melhor cooperação possível internamente.*

*É, por isso, crucial que possamos garantir o pleno controlo devido de quem atravessa a nossa fronteira externa, como estas alterações pretendem – não apenas de quem entra, mas também de quem sai, não apenas a nacionais de países terceiros, mas também europeus. Queremos otimizar a utilização dos sistemas de informação, como o SIS, o Sistema de Informação de Schengen, de forma a potenciar a partilha da informação e a cooperação entre os Estados-Membros para dar a máxima eficácia a estas alterações ao Código de Fronteiras Schengen.*

*É, por isso, que a proposta apresentada pela Comissão, no passado mês de dezembro, para alterar o SIS não pode ser desligada destas medidas. E, com isto, termino, Sra. Presidente. A segurança dos europeus não se garante por camadas isoladas; a segurança dos europeus faz-se de forma planeada, garantindo uma atuação equilibrada, porque é nossa obrigação zelar pela segurança, mas também pela liberdade, incluindo a liberdade de circulação de todos os europeus”.*

## **Crise da dívida grega: é o momento de agir, dizem eurodeputados**

**A situação na Grécia e a questão da dívida grega estão de regresso à agenda da UE. Nos próximos dias, Atenas recebe uma delegação da UE e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para avaliar a implementação das reformas previstas no plano de resgate, uma condição necessária para a manutenção do apoio internacional à Grécia.**

O FMI e os Estados-Membros não estão de acordo relativamente às medidas necessárias para fazer com que a Grécia ultrapasse a crise, incluindo a possibilidade de um perdão parcial da dívida, hipótese defendida pelo FMI.

A Grécia tem verbas suficientes para se financiar até julho, altura em que terá de efetuar um reembolso da dívida no valor de 7 mil milhões.

De acordo com o Eurostat, a percentagem da dívida pública grega representava 179,7% do PIB em 2014 e 177,4% em 2015 (vs 109,4% em 2008). A taxa de desemprego também tem aumentado significativamente desde o início da crise. Em 2008, perto de 8% da população ativa encontrava-se desempregada. Em 2013 o valor atingia 27,5% antes de descer ligeiramente para 24,9% em 2015.

### **Debate em sessão plenária**

Num debate organizado no Parlamento Europeu, o Vice-presidente da Comissão Europeia **Valdis Dombrovskis** elogiou as reformas estruturais e os esforços fiscais levados a cabo pela Grécia, sublinhando, no entanto, “*não haver espaço para complacência*”. O comissário afirmou ainda que um acordo entre a Grécia e os seus credores “*parece ser acessível*”.

“*É essencial que o nosso país saia finalmente da crise e que se oriente em direção à Europa*”, afirmou o eurodeputado **Manolis Kefalogiannis** (PPE, Grécia). “*É disso que precisamos para voltarmos a atrair investimento*”, acrescentou.

Referindo-se aos dados apresentados por Dombrovskis que mostram um crescimento do PIB e um decréscimo ligeiro desemprego, **Udo Bullmann** (S&D, Alemanha) perguntou: “*Se estamos no bom caminho, então porque é que ouvimos vozes nos Estados-Membros preocupados com a saída da Grécia?*”.

“*Os jovens não têm emprego, as PME estão a fechar, e temos assistido a cortes selvagens nas pensões. A implementação destas medidas tornou a Grécia num enorme cemitério,*” afirmou **Notis Marias** (ECR, Grécia). O eurodeputados também criticou o líder do Eurogrupo Jeroen Dijsselbloem por “*não se ter atrevido a comparecer no Parlamento*”.

“*Após anos de debate, continuamos em modo de gestão de crise*” afirmou **Sylvie Goulard**



(ALDE, França) questionando o papel do FMI e a necessidade do seu envolvimento na zona euro.

*“Os números do Eurostat mostram que a Grécia está a voltar a crescer e cumpriu os seus objetivos. Temos um excedente primário quatro vezes superior ao esperado e em 2016, apesar das previsões do FMI, temos algum crescimento”, afirmou **Dimitris Papadimoulis** (CEUE/EVN, Grécia).*

*“O país pode ultrapassar as suas dificuldades,” afirmou **Sven Giegold** (Verdes/ALE, Alemanha) mas “as políticas levadas a cabo pelos gregos estão diretamente ligadas às políticas de outros Estados-Membros” e são “muitas vezes tomadas à custa da Grécia”.*

*“A verdade inconveniente é que a Grécia não é capaz de pagar as suas dívidas. [...] Não coloquem esta coroa de espinhos no povo grego. Não o crucifiquem na cruz do euro”, apelou **William Dartmouth** (EFDD, Reino Unido), acusando a Troika de “brincar com o governo e o povo gregos”.*

*“Penso que a opinião do ministro das finanças alemão segundo a qual o FMI deve permanecer envolvido é uma boa avaliação”, afirmou **Barbara Kappel** (ENF, Áustria).*

*“Como pode esta União ter futuro quando os seus dirigentes colaboram com os agiotas do FMI e impõem à Grécia e aos seus habitantes medidas intoleráveis equivalentes a um genocídio?”, perguntou **Georgios Epitideios** (Grécia, não-inscrito).*

### **Próximos passos**

Representantes da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional deslocam-se a Atenas, esta semana, finalizar a avaliação do programa de resgate da Grécia. Os ministros das finanças dos países da zona euro reúnem-se em Bruxelas a 20 de fevereiro.

### **Intervenção de Eurodeputados Portugueses:**

**Pedro Silva Pereira (S&D)** *“Senhor Presidente, o adiamento da conclusão da segunda avaliação do programa da Grécia é um perigo para a estabilidade da zona euro, está em flagrante contradição com o reconhecimento pela Comissão dos progressos feitos pela Grécia e é uma injustiça para os esforços feitos pelo povo grego.*

*O que eu pergunto é se não será tempo do bom senso prevalecer na resolução do problema da Grécia? Não será tempo da Comissão Europeia ser mais razoável nas suas exigências de austeridade e trajetória orçamental? Não será tempo de enfrentar o problema da reestruturação da dívida da Grécia?*

*E não será tempo, Sr. Vice-Presidente Dombrovskis, da Comissão desautorizar, de uma vez por todas, as declarações do Ministro das Finanças alemão que, para consumo interno, pretende apenas semear a instabilidade na zona euro e pôr em causa os esforços que estão a ser feitos, exatamente no momento em que a Grécia faz progressos e apresenta resultados.*

*Não é tempo do bom senso prevalecer?”*

# Parlamento Europeu apresenta a sua visão sobre o futuro da União Europeia

Os eurodeputados aprovaram três relatórios com a sua posição sobre o futuro da União Europeia, nos quais propõem melhorias no funcionamento da UE com base nos instrumentos atualmente previstos no Tratado de Lisboa, fazem recomendações para futuras alterações ao Tratado e defendem a criação de uma capacidade orçamental para promover a convergência na zona euro.

Os três relatórios hoje aprovados constituem a contribuição do Parlamento Europeu para o Livro Branco da Comissão sobre o futuro da Europa e para a cimeira de Roma, que vai assinalar o 60º aniversário da assinatura do Tratado de Roma, em 25 de março.

## Uma capacidade orçamental específica para a zona euro

No relatório sobre a capacidade orçamental da área do euro, preparado por Reimer Böge (PPE, Alemanha) e Pervenche Berès (S&D, França), os eurodeputados propõem:

- a criação de uma capacidade orçamental que inclua o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) e uma capacidade orçamental adicional específica para a área do euro (como primeiro passo, esta capacidade orçamental específica deve fazer parte do orçamento da UE e ser financiada pela área do euro e por outros membros participantes através de uma fonte de receitas a acordar entre eles; uma vez estabilizada, a capacidade orçamental poderá ser financiada através de recursos próprios);
- a transformação do MEE num Fundo Monetário Europeu (FME), dotado de capacidades adequadas de concessão e contração de empréstimos e de um mandato claramente definido, a fim de absorver choques simétricos e assimétricos;
- a plena participação na capacidade orçamental deve ser subordinada ao cumprimento de um “*código de convergência*” que incida, durante um período de cinco anos, em critérios relativos à fiscalidade, ao mercado de trabalho, ao investimento, à produtividade, à coesão social, à administração pública e às capacidades de boa governação;
- a criação do cargo de Ministro das Finanças e do Tesouro no seio da Comissão Europeia, a fusão dos cargos de Presidente do Eurogrupo e de Comissário dos Assuntos Económicos e Financeiros e o reforço do papel do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais no novo quadro de governação económica.

## Explorar o potencial do Tratado de Lisboa

As propostas de melhoria no funcionamento da UE com base nos instrumentos atualmente previstos no Tratado de Lisboa são apresentadas no relatório de Mercedes Bresso (S&D, Itália) e Elmar Brok (PPE, Alemanha). Entre elas incluem-se:

- a criação de um verdadeiro sistema legislativo bicameral, que envolva o Conselho da UE e o Parlamento Europeu, com a Comissão a atuar como o executivo; os eurodeputados propõem que o Conselho seja transformado numa verdadeira câmara legislativa e que as atuais configurações especializadas (JAI, ECOFIN, AGRI, etc) sejam utilizadas como instâncias preparatórias, à semelhança das comissões do Parlamento Europeu;
- cada Estado-Membro deve designar pelo menos três candidatos - incluindo ambos os sexos - para o cargo de comissário europeu, os quais poderiam ser tomados em consideração pelo presidente eleito da Comissão para a constituição da sua equipa;

- o Conselho deve passar completamente para a votação por maioria qualificada (VMQ), sempre que possível ao abrigo dos tratados.

A proposta de criação de um “quadro que preveja um procedimento ordenado de incumprimento da dívida soberana” foi rejeitada em plenário (599 eurodeputados votaram a favor da supressão desse parágrafo do relatório, 25 votaram contra e 16 abstiveram-se).

### **Reforma dos tratados**

O relatório de Guy Verhofstadt (ALDE, Bélgica) visa proporcionar soluções que não podem ser alcançadas utilizando os instrumentos atualmente previstos no Tratado de Lisboa e que, por isso, só são viáveis através de uma futura alteração aos tratados. O documento propõe, por exemplo:

- que o Parlamento Europeu passe a ter o direito de iniciativa legislativa, em linha com a prática comum nos Estados-Membros, e uma sede única;
- que a dimensão da nova Comissão seja substancialmente reduzida e o número de vice-presidentes limitado a dois: o Ministro das Finanças e o Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- a criação de um Tesouro europeu capaz de contrair empréstimos e do cargo de Ministro das Finanças da UE, dando-se à Comissão a capacidade de formular e aplicar uma política económica comum que combine instrumentos macroeconómicos, orçamentais e monetários, apoiada por uma capacidade orçamental da área do euro;
- a criação de uma União Europeia da Defesa, o que, na parceria estratégica com a NATO, permitiria à União agir autonomamente em operações no estrangeiro, principalmente com vista a estabilizar a sua vizinhança.

### **Intervenção de Eurodeputados Portugueses:**

**Paulo Rangel (PPE)** *“Senhor Presidente, Presidente da Comissão, Vice-Presidente Timmermans, em primeiro lugar queria dizer, em nome da Comissão de Assuntos Constitucionais, de que não há dúvidas de que é possível hoje, com os atuais tratados, ter uma capacidade orçamental e que é possível expandi-la no futuro ainda com uma revisão dos tratados.*

*Mas, mais do que isso, que é possível ter hoje, com os atuais tratados, como mostra o relatório Brok-Branson, ter uma política europeia comum na defesa, ter uma política europeia para a segurança, ter uma política europeia para as migrações, ter uma reforma institucional do Conselho que possa fazer dele uma verdadeira câmara parlamentar e aumentar a democracia e que tudo isto pode ser potenciado no futuro, a médio e longo prazo, com uma revisão dos Tratados.*

*Aquilo que vai sair da discussão destes três relatórios, aquilo que vai sair da aprovação que faremos na quinta-feira é apenas isto: nós acreditamos na Europa, nós somos capazes, perante aquilo que se está a passar no Reino Unido, perante aquilo que se está a passar nos Estados Unidos, de apresentar um projeto para os cidadãos europeus, em que podemos estar mais unidos, em que podemos fazer uma conciliação entre finanças públicas sãs e seguras, crescimento, investimento, inovação e, por isso, eu terminaria, dizendo isto e apenas isto: nós hoje damos um sinal, aqui e agora, para todos os cidadãos europeus, para a Comissão Europeia, para o Conselho Europeu, para o Conselho de Ministros, que nós, deputados europeus dos vários partidos, acreditamos na Europa.*

*We stand for Europe”.*

**José Manuel Fernandes (PPE)** *“Senhor Presidente, Caras e Caros Colegas, a União Europeia tem de se fortalecer com base na solidariedade e na responsabilidade. Juntos, podemos enfrentar com confiança os desafios e as ameaças. Se estivermos unidos, se atuarmos de forma coordenada, venceremos e derrotaremos o terrorismo, ganharemos e conseguiremos mitigar as alterações climáticas, ganharemos o combate à fraude, à evasão*

fiscal, conseguiremos melhorar nosso Estado social e, nunca esquecer, manteremos a paz, a democracia, a liberdade, o Estado de Direito.

Cada Estado por si só não tem força para resolver os problemas globais. «Orgulhosamente sós» não funciona, os nacionalismos não resultam, a União Europeia é a solução.

Temos de restabelecer a confiança, uma zona euro faz forte a União Europeia, uma zona euro fraca enfraquece a União Europeia. Juntos, podemos construir soluções para os choques que enfrentamos, temos de privilegiar o método comunitário, reforçar a transparência, a legitimidade democrática, promover a participação dos cidadãos.

É isso que propõem estes três relatórios e, por isso, peço a sua aprovação e dou os parabéns à relatora e aos relatores”.

**Carlos Coelho (PPE)** “A União Europeia é um projecto em constante perspectiva. Contudo, a “crise múltipla” que enfrentamos e os desafios do Brexit exigem um debate aprofundado sobre o futuro da integração. Partilho a vontade de eliminar burocracias e agilizar o processo de decisão na União, defendendo a democracia e a transparência. Contudo, entendo que qualquer processo de revisão dos tratados, pela dificuldade que encerra, deve ser precedido da exploração ao máximo das potencialidades do actual Tratado de Lisboa. Acompanho a ideia de que as derrogações (“opt-outs”) prejudica a unidade do Direito da União. No quadro da liberdade de circulação, considerada pelos cidadãos como a maior conquista da integração, isto é particularmente relevante. Defendo uma maior integração da governação económica, com maior controlo democrático da União Económica e Monetária. Aqui entendo fundamental concluir a União Bancária e a União dos Mercados de Capitais. Concordo com uma Política Externa e de Segurança Comum reforçada, em paralelo com uma Política Comum de Segurança e Defesa mais eficaz, em coordenação com a NATO. Aqui, é fundamental a consideração de uma política comum de migração. O Euro é a nossa moeda comum. Entendo que o Eurogrupo deve ser mais escrutinado, democraticamente. Pelo exposto, apoio o presente relatório”.

**Maria João Rodrigues (S&D)** “Mr President, the European Union must define an ambitious roadmap for the future. The European Parliament wants this to happen at the Rome Summit and, indeed, in the White Paper that is to be presented by the Commission. We should not wait for upcoming national elections. The European Union is being challenged right now by the combined effect of Putin, Trump and internal nationalistic voices, and we believe that this is the time for the European Union to assert itself as what it is already: a powerful democratic political and economic entity.

We need to translate this into a roadmap with better European solutions: better European solutions for growth with an investment strategy, a strong social pillar and completing economic and monetary union with a proper fiscal capacity; better European solutions to our security problems, certainly by advancing European defence and internal security, and also by ensuring a proper European asylum system and the proper management of migration, in cooperation with the European neighbourhood. But the European Union should also send a message to the world, saying that we, the European Union, are in favour of openness and cooperation based on a properly regulated global economy. The world is waiting for this positive message from the European Union.

Then we need to translate all this into new means of taking action. That has implications for the Community budget. We need a Community budget that is turned to the future. We believe that this offers the best way for citizens to take control of their lives, and that the best way to assure national sovereignty is to strengthen European sovereignty”.

**Pedro Silva Pereira (S&D)** “Senhor Presidente, Senhor Comissário, Colegas, os três relatórios que aqui discutimos sobre o futuro da Europa são uma mensagem muito clara deste Parlamento Europeu a favor de uma Europa mais forte, mais solidária e mais democrática. E não haja ilusões, a tarefa que temos diante de nós é salvar o projeto europeu, nada menos do que isso. Esse objetivo é vital para a paz, para a qualidade de vida dos cidadãos, para a regulação da globalização. E é um objetivo possível, se o projeto europeu se reencontrar com os seus valores, se a solidariedade prevalecer sobre os egoísmos nacionais e se a Europa retomar ambição perdida da prosperidade e da convergência.

Não há, evidentemente, soluções mágicas, mas, para dar resposta aos anseios dos cidadãos, do que a União Europeia precisa é de um novo impulso para a prosperidade e para a convergência. E o que estes três relatórios nos dizem é que não haverá nem prosperidade

*nem convergência, se não aprendermos as lições da crise financeira, se não corrigirmos erros na arquitetura do euro e se realmente não relançarmos essa ambição no coração do projeto europeu.*

*É essa a tarefa que temos pela frente, é isso que temos que concretizar se houver vontade política”.*

## **Eurodeputados querem regras europeias sobre robôs e inteligência artificial**

**A União Europeia deve adotar regras em matéria de robótica e de inteligência artificial que tenham em conta questões como a responsabilidade civil, os princípios éticos relacionados com as suas inúmeras implicações sociais, o impacto sobre o emprego e a proteção da segurança e da privacidade, diz o Parlamento Europeu (PE) num relatório de “*iniciativa legislativa*” aprovado por 396 votos a favor, 123 contra e 85 abstenções.**

O PE analisa as oportunidades e os desafios colocados pelos veículos autónomos, drones, robôs médicos e robôs de assistência a idosos, crianças e pessoas com deficiência, fazendo recomendações à Comissão para uma futura legislação da UE nestas matérias com vista a explorar o seu potencial económico e a garantir níveis elevados de segurança.

A legislação proposta deve clarificar as questões relativas à responsabilidade civil, em especial no que diz respeito aos veículos autónomos. O PE propõe um regime de seguros obrigatórios, que poderia ser complementado por um fundo de garantia da reparação de danos nos casos não abrangidos por qualquer seguro.

Os eurodeputados pedem também à Comissão que considere a criação de um estatuto jurídico específico para os robôs a longo prazo, de modo a que, *“pelo menos, os robôs autónomos mais sofisticados possam ser determinados como detentores do estatuto de pessoas eletrónicas responsáveis por sanar quaisquer danos que possam causar”* e, eventualmente, *“aplicar a personalidade eletrónica a casos em que os robôs tomam decisões autónomas ou em que interagem por qualquer outro modo com terceiros de forma independente”*.

O PE insiste que devem ser tidos em conta os efeitos que o desenvolvimento e a aplicação da robótica e da IA podem ter no emprego. A assembleia insta a Comissão a *“analisar diferentes cenários possíveis e as suas consequências para a viabilidade dos sistemas de segurança social dos Estados-Membros”*.

A referência à eventual aplicação de um imposto sobre o trabalho realizado por robôs ou de uma taxa de utilização e manutenção por robô foi suprimida na votação em plenário (302 votos contra essa referência, 288 a favor e 22 abstenções).

### **Um código de conduta para os engenheiros e uma agência europeia de robótica**

Outra das medidas sugeridas pelo PE é um código de conduta ética para engenheiros de robótica, que convide todos os investigadores e criadores a agir de forma responsável e com consideração absoluta pela necessidade de respeitar a dignidade, a privacidade e a segurança dos seres humanos.

Os organismos que financiam a investigação de robótica, as organizações de investigação, as comissões de ética e os investigadores são incentivados a ponderar, desde as fases iniciais, as implicações futuras das tecnologias ou dos objetos a serem investigados e a criar uma cultura de responsabilidade tendo em conta os problemas e as oportunidades que podem surgir no futuro.

Os eurodeputados recomendam ainda a criação de uma agência europeia para a robótica e a IA, com o objetivo de prestar o aconselhamento técnico, ético e regulamentar especializado necessário para ajudar os intervenientes públicos a dar uma resposta tempestiva, ética e fundada às novas oportunidades e desafios decorrentes do desenvolvimento tecnológico na robótica.

O aumento médio nas vendas de robôs situou-se nos 17% ao ano entre 2010 e 2014, tendo registado uma subida de 29%, o maior aumento anual de sempre, em 2014, de acordo com dados da Federação Internacional de Robótica. Os fornecedores de componentes automóveis e a indústria da eletrónica/elétrica foram os principais motores do crescimento.

### **Relatório de “iniciativa legislativa”**

De acordo com o Artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, o Parlamento Europeu pode solicitar ao executivo comunitário que submeta à sua apreciação *“todas as propostas adequadas sobre as questões que se lhe afigurem requererem a elaboração de atos da União para efeitos de aplicação dos Tratados”*. Caso não apresente uma proposta, a Comissão terá de informar o Parlamento dos motivos para tal.

### **Intervenção de Eurodeputados Portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE)** *“A robótica e a inteligência artificial não são já fruto da literatura de ficção científica, mas uma realidade que exige regulação. O aumento anual das vendas de robôs e a triplicação dos processos de patentes em tecnologia robótica na última década provam a urgência de agir. Considero dois pressupostos: a preservação da dimensão ética (em especial o respeito pelas leis de Asimov) e uma abordagem gradual, que defenda a inovação. Importa determinar conceitos como “robô”, “inteligência artificial” e termos análogos, determinando regras de responsabilidade civil, como o primeiro passo de uma regulação responsável, por ser a área mais sensível, neste estágio do debate. Acompanho, com interesse, as propostas de documentos anexos à presente resolução, nomeadamente a Carta da Robótica e o Código de Conduta Ética, na medida em que considerem os direitos fundamentais e as regras de responsabilidade. A criação de uma Agência Europeia deve ser ponderada, no sentido de apoio à investigação e inovação, de proteção dos consumidores e de defesa dos princípios éticos da UE. Defendo que o Direito da União deve considerar, também, as manifestações específicas da robótica como os veículos autónomos e drones ou robôs de assistência e saúde. Pelo exposto, apoio o presente relatório”*.

**João Pimenta Lopes (CEUE/EVN)** *“Senhora Presidente, identificamos várias lacunas no relatório. Por um lado, não defende que o desenvolvimento destas áreas se submeta aos interesses nacionais, suportado em políticas públicas de investimento, investigação e desenvolvimento.*

*Ao mesmo tempo, faz uma abordagem muito restrita dos impactos no mundo do trabalho, nomeadamente o aumento da precarização, do empobrecimento, do desemprego e da liquidação de direitos laborais e sociais, omitindo os interesses do capital no seu desenvolvimento, para aumentar a exploração com vista à maximização do lucro.*

*Incompreensível também é a ausência de qualquer referência e condenação à relação da robótica com o seu uso para fins militares e securitários. Distanciamo-nos da abordagem de harmonização legislativa nesta matéria e da criação de mais uma agência que contribua para condicionar e limitar a capacidade de cada Estado em desenvolver-se na base dos seus superiores interesses. A abrangência de áreas de influência e intervenção do desenvolvimento deste setor confirmam-no como de enorme complexidade, exigem prudência na discussão e que se prossiga com o aprofundamento da reflexão”*.

## **Declaração do presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, sobre o futuro da União Europeia**

O presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, congratulou-se com a adoção em plenário, dos três relatórios de Guy Verhofstadt, Mercedes Bresso, Elmar Brok, Reimer Böge e Pervenche Berès, destinados a abrir o debate sobre o futuro da União Europeia.

Antonio Tajani afirmou: «*Temos de colmatar o fosso entre a Europa e os seus cidadãos. O Parlamento Europeu dá a sua orientação clara para o futuro da Europa no sentido de uma União que responda às preocupações dos cidadãos e apresente resultados mais concretos. O Parlamento Europeu situa-se no centro deste esforço para fortalecer a Europa tornando-a mais eficaz. Nós, enquanto voz dos cidadãos, temos de velar por que constituam o núcleo do futuro da União.*

*Temos de tirar partido do êxito dos últimos sessenta anos, mas também aprender com os nossos erros. Temos de mudar a Europa, não debilitá-la. Temos de o fazer por nós, mas também pelas gerações futuras, que merecem uma Europa mais segura, mais próspera e sustentável, que se afirme como líder mundial e assegure os nossos valores no mundo.»*

# Ordem do dia 13 a 16 Fevereiro de 2017

## ► Segunda-feira, 13 de Fevereiro

### 17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Pesticidas biológicos de baixo risco - *Pergunta oral (O-000147/2016 - B8-1821/2016) 1*

Revisão do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento - *Relatório: Bogdan Brunon Wentz, Norbert Neuser (A8-0020/2017)*

Relação custo-eficácia das reduções de emissões e investimento nas tecnologias hipocarbónicas - *Relatório: Ian Duncan (A8-0003/2017)*

Relatório Anual sobre a Política de Concorrência da UE - *Relatório: Tibor Szanyi (A8-0001/2017)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Promoção da igualdade de género nos domínios da saúde mental e da investigação clínica - *Relatório: Beatriz Becerra Basterrechea (A8-0380/2016)*

Prioridades para a 61.ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher - *Relatório: Constance Le Grip, Maria Arena (A8-0018/2017)*

Controlo do Registo e da composição dos grupos de peritos da Comissão - *Relatório: Dennis de Jong (A8-0002/2017)*

Papel dos autores de denúncias na proteção dos interesses financeiros da União Europeia - *Relatório: Dennis de Jong (A8-0004/2017)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

## ► Terça-feira, 14 de Fevereiro

### 09:00 - 11:50

Discussão conjunta - Futuro da UE

Possíveis desenvolvimentos e ajustamentos do atual quadro institucional da União Europeia - *Relatório: Guy Verhofstadt (A8-0390/2016)*

Melhorar o funcionamento da União Europeia com base no potencial do Tratado de Lisboa - *Relatório: Mercedes Bresso, Elmar Brok (A8-0386/2016)*

Capacidade orçamental da área do euro - *Relatório: Reimer Böge, Pervenche Berès (A8-0038/2017)*

### 12:00 - 12:30

Alocação de Alexander Van der Bellen, Presidente da República da Áustria

### 12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Acordo de Parceria UE-Ilhas Cook no domínio da Pesca Sustentável - *Recomendação: João Ferreira (A8-0010/2017)*

Acordo de parceria UE-Ilhas Cook no domínio da Pesca Sustentável (resolução) - *Relatório: João Ferreira (A8-0015/2017)*

Controlo do Registo e da composição dos grupos de peritos da Comissão - *Relatório: Dennis de Jong (A8-0002/2017)*

Papel dos autores de denúncias na proteção dos interesses financeiros da União Europeia - *Relatório: Dennis de Jong (A8-0004/2017)*

Lista de Estados terceiros e organizações com os quais a Europol deve celebrar acordos - *Relatório: Agustín Díaz de Mera García Consuegra (A8-0035/2017)*

Submeter a nova substância psicoativa metil 2-[[1-(ciclo-hexilmetil)-1H-indol-3-carbonil]amino]-3,3- dimetilbutanoato (MDMB-CHMICA) a medidas de controlo - *Relatório: Lorenzo Fontana (A8-0024/2017)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2016/005 NL/Drenthe Overijssel Retail - *Relatório: Nedzhmi Ali (A8-0036/2017)*

Revisão do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento - *Relatório: Bogdan Brunon Wentz, Norbert Neuser (A8-0020/2017)*

Relatório Anual sobre a Política de Concorrência da UE - *Relatório: Tibor Szanyi (A8-0001/2017)*



Promoção da igualdade de género nos domínios da saúde mental e da investigação clínica - *Relatório: Beatriz Becerra Basterrechea (A8-0380/2016)*

Prioridades para a 61.ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher - *Relatório: Constance Le Grip, Maria Arena (A8-0018/2017)*

#### **15:00 - 23:00**

Ponto da situação da segunda avaliação do programa de ajustamento económico para a Grécia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Deterioração da situação na Ucrânia Oriental - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação na Cisjordânia, em particular os colonatos - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Relatório de 2016 sobre a Albânia - *Relatório: Knut Fleckenstein (A8-0023/2017)*

Relatório de 2016 sobre a Bósnia-Herzegovina - *Relatório: Cristian Dan Preda (A8-0026/2017)*

Discussão conjunta - Semestre Europeu de 2017

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: Análise Anual do Crescimento de 2017

- *Relatório: Gunnar Hökmark (A8-0039/2017)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2017 - *Relatório: Yana Toom (A8-0037/2017)*

Governança do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu de 2017 - *Relatório: Antonio López-Istúriz White (A8-0016/2017)*

União Bancária - Relatório Anual de 2016 - *Relatório: Danuta Maria Hübner (A8-0019/2017)*

#### **► Quarta-feira, 15 de Fevereiro**

#### **09:00 - 11:50**

Discussão conjunta - UE-Canadá

Acordo Económico e Comercial Global UE-Canadá - *Recomendação: Artis Pabriks (A8-0009/2017)*

Conclusão do CETA UE-Canadá - *Declaração da Comissão*

Acordo de Parceria Estratégica UE-Canadá - *Recomendação: Charles Tannock (A8-0028/2017)*

#### **12:00 - 14:00 VOTAÇÃO**

Acordo Económico e Comercial Global UE-Canadá - *Recomendação: Artis Pabriks (A8-0009/2017)*

Conclusão do CETA UE-Canadá - *Propostas de resolução*

Acordo de Parceria Estratégica UE-Canadá - *Recomendação: Charles Tannock (A8-0028/2017)*

Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação UE-Mongólia - *Recomendação: Helmut Scholz (A8-0382/2016)*

Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação UE-Mongólia (Resolução) - *Relatório: Helmut Scholz (A8-0383/2016)*

Acordo relativo ao Comércio das Aeronaves Civis (Anexo "Produtos Abrangidos") - *Recomendação: Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (A8-0007/2017)*

Relação custo-eficácia das reduções de emissões e investimento nas tecnologias hipocarbónicas - *Relatório: Ian Duncan (A8-0003/2017)*

Objecção nos termos do artigo 105.º, n.º 3, do Regimento: Normas técnicas de regulamentação para a aplicação de limites às posições em derivados de mercadorias

Relatório de 2016 sobre a Albânia - *Relatório: Knut Fleckenstein (A8-0023/2017)*

Relatório de 2016 sobre a Bósnia-Herzegovina - *Relatório: Cristian Dan Preda (A8-0026/2017)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: Análise Anual do Crescimento de 2017 - *Relatório: Gunnar Hökmark (A8-0039/2017)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2017 - *Relatório: Yana Toom (A8-0037/2017)*

Governança do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu de 2017 - *Relatório: Antonio López-Istúriz White (A8-0016/2017)*

União Bancária - Relatório Anual de 2016 - *Relatório: Danuta Maria Hübner (A8-0019/2017)* 9

Pesticidas biológicos de baixo risco - *Proposta de resolução*

#### **15:00 - 23:00**

Luta contra o terrorismo - *Relatório: Monika Hohlmeier (A8-0228/2016)*

Reforço dos controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes - *Relatório: Monica Macovei (A8-0218/2016)*

Intercâmbio de informação sobre a aplicação do Direito da UE e substituição dos instrumentos pré-Lisboa - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Disposições de Direito Civil sobre Robótica - *Relatório: Mady Delvaux (A8-0005/2017)* 1

Aprovação pela Comissão do plano revisto da Alemanha para introduzir portagens rodoviárias - *Pergunta oral (O-000152/2016 - B8-0201/2017)* 1

Iniciativa Europeia para a Nuvem - *Relatório: Jerzy Buzek (A8-0006/2017)*

Discussão conjunta - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

Investir no emprego e no crescimento – maximizar o contributo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - *Relatório: Lambert van Nistelrooij (A8-0385/2016)*

Atraso na execução dos programas operacionais dos FEEI - Impacto na política de coesão e via a seguir - *Pergunta oral (O-000005/2017 - B8-0202/2017)*

#### **► Quinta-feira, 16 de Fevereiro**

#### **08:30 - 10:50**

Estratégia da Aviação para a Europa - *Relatório: Pavel Telička (A8-0021/2017)*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (artigo 135.º do Regimento)

Situação dos direitos humanos e da democracia na Nicarágua: o caso de Francesca Ramirez

Execuções no Koweit e no Barém

Guatemala, nomeadamente a situação dos defensores dos direitos humanos

#### **11:00 - 12:00 VOTAÇÃO**

Alocação de Justin Trudeau, Primeiro-Ministro do Canadá

#### **12:00 - 14:00 VOTAÇÃO**

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Luta contra o terrorismo - *Relatório: Monika Hohlmeier (A8-0228/2016)*

Reforço dos controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes - *Relatório: Monica Macovei (A8-0218/2016)*

Possíveis desenvolvimentos e ajustamentos do atual quadro institucional da União Europeia - *Relatório: Guy Verhofstadt (A8-0390/2016)*

Melhorar o funcionamento da União Europeia com base no potencial do Tratado de Lisboa - *Relatório: Mercedes Bresso, Elmar Brok (A8-0386/2016)*

Capacidade orçamental da área do euro - *Relatório: Reimer Böge, Pervenche Berès (A8-0038/2017)*

Disposições de Direito Civil sobre Robótica - *Relatório: Mady Delvaux (A8-0005/2017)*

Iniciativa Europeia para a Nuvem - *Relatório: Jerzy Buzek (A8-0006/2017)*

Investir no emprego e no crescimento – maximizar o contributo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - *Relatório: Lambert van Nistelrooij (A8-0385/2016)*

Estratégia da Aviação para a Europa - *Relatório: Pavel Telička (A8-0021/2017)*

Atraso na execução dos programas operacionais dos FEEI - Impacto na política de coesão e via a seguir - *Propostas de resolução*